



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

Câmara Legislativa do Distrito Federal

**Comissão de Defesa dos Direitos Humanos,
Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar**

Relatório de Atividades – Ano 2017



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



Composição da Comissão

Membros Titulares

Presidente	Deputado Ricardo Vale
Vice-Presidente	Deputada Telma Rufino
	Deputado Agaciel Maia
	Deputado Wellington Luiz
	Deputado Raimundo Ribeiro

Membros Suplentes

Deputado Lira
Deputado Chico Vigilante
Deputado Rodrigo Delmasso
Deputada Celina Leão
Deputado Rafael Prudente

Servidores da Comissão

Hamilton Pereira da Silva – Secretário
José Humberto de Oliveira
Elisa de Souza Costa
Paulo Roberto Alves Gonzaga
Vivianne Abreu de Moraes
Thiago Bazi Brandão
João Euclides Antunes Rey
Leonil da Silva Santos - Estagiário



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



Apresentação

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar - CDDHCEDP é uma comissão técnica permanente, composta por cinco parlamentares, membros efetivos e cinco suplentes.

Além de examinar matérias legislativas afetas à área de Direitos Humanos e Cidadania, elaborando pareceres e discutindo esses temas em reuniões e eventos, a CDDHCEDP mantém um serviço de atendimento ao público para receber denúncias de violações dos Direitos Humanos, buscando soluções imediatas para os casos mais graves e prementes e encaminhando todas as demandas às autoridades competentes.

Esse atendimento, realizado pela assessoria da Comissão, não reproduz os conhecidos protocolos de assistencialismo, como também não pretende substituir os organismos estatais em suas atribuições legais de oferecer proteção e proceder à tutela dos direitos elementares. Portanto, o papel da Comissão é, primeiramente, o de exigir diante das autoridades responsáveis tais providências, estimulando a cidadania e a luta pela Dignidade Humana.

Paralelamente, a CDDHCEDP procura oferecer ao Poder Público alternativas concretas de políticas específicas, seja por meio da apresentação de projetos no próprio Legislativo, seja por meio da construção em parceria com a sociedade civil, a partir de reuniões e Audiências Públicas. No desenvolvimento do seu trabalho, a Comissão se movimenta na esfera pública estimulando a intensificação da luta pelos Direitos Humanos e a promoção de valores que se contraponham à "cultura" da violência, em todas as suas dimensões.



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

Cabe ainda à CDDHCEDP, a par de suas atribuições no campo da defesa dos Direitos Humanos e da cidadania, atuar internamente na apreciação dos processos relativos a presumidas violações da ética e do decoro parlamentar, apreciando e votando pareceres prévios da Corregedoria da CLDF, e, se for o caso, conduzindo o consequente procedimento disciplinar de apuração, para concluir com um parecer que poderá ser submetido ao Plenário da Câmara Legislativa.

1. Atividades da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar – CLDF em 2017.

1.1. A Agenda da Defesa dos Direitos Humanos foi colhida de maneira inevitável pelas repercussões do trauma institucional que o país vive desde a ruptura de agosto de 2016, com a farsa que resultou no impedimento da Presidente legítima, eleita em 2014.

Ao contrário do que anunciaram seus promotores, a crise que aflige o Brasil desde então, não deu sinais de arrefecer em 2017. A ilegitimidade do governo que sucedeu Dilma Rousseff, deposta pela composição de forças políticas conservadoras, sob a liderança dos monopólios de comunicação, de setores do judiciário e da maioria do Congresso Nacional, contribuiu decisivamente para aprofundar a crise que hoje se expressa em recessão, desemprego e queda da arrecadação.

A interrupção do ciclo de crescimento com distribuição de renda que marcou a primeira década do século, trouxe consigo o desemprego e, em consequência, um grau considerável de instabilidade econômica, principalmente para os assalariados, incluídos aí setores médios. Mas também para os segmentos da base da sociedade, beneficiários das políticas de inclusão social conduzidas pelos governos anteriores. Essa insegurança veio sendo alimentada pela permanente turbulência política que marcou, nos dois últimos anos, as relações entre as forças comprometidas com o golpe de 2016. Os investimentos do setor privado estão paralisados porque o governo



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



não inspira confiança aos negócios e o próprio governo congelou os investimentos públicos por 20 anos. Não há, portanto, solução à vista para a crise recessiva que sufoca o país e devolve à pobreza e à miséria uma legião de trabalhadores que, excluídos do orçamento público, são lançados ao exército de reserva à disposição da informalidade, dos pequenos expedientes para sobreviver e ao crime, organizado ou não.

Nos primeiros dias de 2017 o Brasil foi sacudido por sucessivas rebeliões no Sistema Prisional, em diferentes Estados, seguidas de massacres derivados de conflitos entre organizações criminosas que a cada dia deixam claro quem efetivamente controla os presídios brasileiros. Em menos de duas semanas se contavam os corpos de cerca de 130 pessoas, muitas delas decapitadas, que se encontravam sob custódia do Estado. Consta que entre eles foram identificados detentos sem condenação.

É de conhecimento público que 40% dos presos no Brasil se encontram em detenção provisória, portanto, aguardando julgamento. *"Cabe perguntar: se o Judiciário não tem condições de julgar dentro dos requisitos constitucionais assegurados pelo Estado Democrático de Direito e de garantir a vida e a segurança das pessoas acusadas, por que enviá-las para presídios que se converteram em verdadeiros matadouros? Qual é a lógica que sustenta a superlotação dos presídios no Sistema Penal brasileiro? O que ganha a sociedade brasileira com o encarceramento de pessoas que cometeram delitos, mas ainda não foram conduzidas a julgamento? E, se a sociedade não ganha, quem tem interesse em alimentar essa situação?"*, questionávamos em nota assinada pelo Presidente da Comissão, Deputado Ricardo Vale.

Dias depois, o governo ilegítimo de Michel Temer anunciou ao país a decisão de envolver as Forças Armadas na revista periódica em celas de presídios. Concretamente humilhou as FFAA ao atribuir a elas as funções típicas dos carcereiros. Esse arranjo, além de inconstitucional, como atestaram vários juristas, pois implica em



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

desvio de função das FFAA, abre caminho para aproximar os militares do submundo das drogas cujas consequências trágicas nos aponta a experiência do México nos últimos anos.

Nesse transe em que vive o país é indispensável o empenho da sociedade organizada, dos estudiosos, dos próprios organismos responsáveis institucionalmente pelo Sistema Prisional, das entidades empenhadas na **Defesa dos Direitos Humanos**, para oferecer soluções adequadas. O **Movimento Nacional de Direitos Humanos**, entidade com relevantes serviços prestados à sociedade, trouxe a público naquele momento um documento valioso para contribuir nessa direção, em que defende soluções consistentes, civilizadas que fogem às medidas cosméticas de ocasião. Trata-se de um conjunto de sugestões para quem deseja encarar a sério os trágicos acontecimentos que puseram em cheque a condição do Brasil como país civilizado:

- *"Um mutirão nacional para equacionar a situação dos 40% de presos provisórios e, ao mesmo tempo, checar a situação de todos os presos, modernizando e efetivando a execução penal garantindo a progressão das penas;*
- *A substituição da pena de prisão por penas alternativas em todos os casos de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça;*
- *A universalização das audiências de custódia, permitindo a redução das prisões e combatendo a tortura e a arbitrariedade das polícias;*
- *A contratação de 10 mil defensores públicos garantindo acesso universal à justiça, em todos os Estados, protegendo os direitos dos pobres, jovens, mulheres, negros, vulneráveis".*

Esse quadro dramático não se alterou, como testemunham os inúmeros casos de rebeliões no Sistema Penal ao longo do ano de 2017.



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

Outros aspectos relevantes da Agenda de Defesa dos Direitos Humanos merecem destaque ao longo do ano: o acompanhamento do processo que desativou o "Lixão da Estrutural" por meio de visita, registrada em Relatório de 30/01/2017, onde se lê: *"O relato proferido a muitas vozes nos dá conta de uma população flutuante em torno de 2 mil famílias que tem aumentado nos últimos meses em razão da elevação das taxas de desemprego"*. Mais adiante: *"Andar pelos pátios de coleta e ouvir os relatos dos Catadores no Lixão da Estrutural, na Capital de uma das 10 maiores economias do mundo nos enche de vergonha e indignação. É como andar num país africano assolado pelas calamidades da seca e da guerra. Como é possível um quadrado tão restrito como o Distrito Federal testemunhar desigualdade tamanha? Estamos aqui assistindo pessoas humanas disputarem os dejetos da cidade com os abutres. Se percorrermos 20 km e descermos do automóvel numa quadra do Lago Sul teremos a impressão de que desembarcamos em outro planeta: estaremos diante de sobrados vazios cercados de verde. Defendidos por altos muros e seguranças. E desertos de gente"*. No final do ano foi, finalmente, desativado o Lixão da Estrutural, resta ao Governo do Distrito Federal oferecer as respostas adequadas às demandas dos Catadores de absorção da mão-de-obra lançada no desemprego com a desativação.

É necessário registrar um volume considerável de demandas que chegam à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos denunciando os excessos da AGEFIS, com o desalojamento de famílias em diferentes regiões da cidade. A Agência, no afã de cumprir tarefas de regularização fundiária, avança com truculência sobre áreas habitadas por comunidades pobres que da noite para o dia veem seus lares reduzidos a escombros, como ocorreu na FERCAL nas vésperas do carnaval, com famílias que ali vivem há mais de 80 anos.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos incorporou, ao longo do ano de 2017, a Agenda da Saúde Mental no DF. Com visitas às unidades que oferecem esse serviço público, promoveu encontros e reuniões preparatórias à Audiência Pública que se realizou no Auditório da CLDF em 11/09/2017, com ampla mobilização dos servidores da



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

área, das instituições de governo responsáveis, pelos usuários dos serviços e seus familiares. *"Uma sociedade só pode definir-se como uma sociedade desenvolvida se souber conduzir com sensibilidade, por meio de políticas públicas e atenção adequada, aqueles setores sociais mais vulneráveis. As pessoas que se encontram em situação de **sofrimento psíquico**, se destacam entre os mais vulneráveis. Eles suscitam uma agenda de grande complexidade que, ao longo da história, recebeu quase sempre um tratamento carregado de desinformação, preconceito, violência institucional, condutas tirânicas nos espaços de asilamento ou respostas que, mesmo informadas pelas melhores intenções, se revelam insuficientes. Seja da parte do Estado, seja da sociedade civil, o que nos leva a constatar a necessidade de um debate objetivo, despido de soluções pré-concebidas que podem se revelar frágeis para conta de um conjunto de desafios cuja amplitude está além do alcance individual de cada protagonista, esteja ele na estrutura do Estado, na sociedade ou no ambiente familiar".* Esse registro feito pelo Presidente da Comissão na fala de abertura da Audiência Pública dá o grau de complexidade desse tema nas sociedades contemporâneas.

O Ato contra a criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores realizado no Auditório da CLDF em novembro de 2017 abriu um valioso espaço para debater a crise social e política que aflige sobretudo os assalariados e a ofensiva contra direitos conquistados ao longo do século XX e na primeira década do século XXI. Ali se denunciou o cerco repressivo contra o direito à livre manifestação dos trabalhadores que se mobilizam contra a Reforma Trabalhista e da Previdência flagrantemente ofensivas às conquistas por eles acumuladas.

Cabe destacar também duas ações que foram incluídas nos últimos dois anos no plano de atividades da Comissão, quais sejam: Cursos de Educação em Direitos Humanos em parceria com a Escola do Legislativo; Análise da Execução Orçamentária do Programa Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Distrito Federal. Percebemos com



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



estas medidas novos caminhos para consolidar a política pública de direitos humanos no âmbito do DF.

2. Plano de Atividades da CDHCEDP em 2017.

Ao iniciarmos os trabalhos da Comissão nesta Legislatura apresentamos o calendário de atividades relativas ao andamento específico das Audiências Públicas e das Sessões Ordinárias desta Comissão para o ano de 2017, objetivando consolidar os temas já abordados nos anos anteriores e tratar de temas que emergiram no último período e que reclamam espaço para o debate adequado no âmbito desta Casa, de forma a mantê-la em estreita sintonia com os assuntos mais sentidos pela sociedade.

2.1. Agenda das Audiências Públicas da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos – 2017

18/05/2017 – As Reformas no mundo do Trabalho: Previdência e Trabalhista

10:00hs

Local: Plenário da CLDF

26/06/2017 – Por um ambiente saudável, contra o risco do uso de agrotóxicos

10:00hs

Local: Plenário da CLDF

21/08/2017 – A juventude brasileira sob risco

10:00hs

Local: Plenário da CLDF

15/09/2017 – Democracia e acessibilidade: os desafios das pessoas com deficiência

10:00hs

Local: Plenário da CLDF



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



02/10/2017 – Nascer no Brasil: a Infância no século XXI

10:00hs

Local: Plenário da CLDF

06/11/2017 – As lutas contra a discriminação racial no DF

10:00hs

Local: Plenário da CLDF

10/12/2017: Dia Internacional dos Direitos Humanos

2.2. Calendário de Reuniões Realizadas em 2017

1ª Reunião Extraordinária, 22/03/2017.

2ª Reunião Extraordinária, 29/03/2017.

3ª Reunião Extraordinária, 23/05/2017.

4ª Reunião Extraordinária, 21/06/2017 (Não obteve quórum)

5ª Reunião Extraordinária, 21/08/2017. Nesta Reunião foi apreciado o Processo de Nº 35/17 em desfavor da Dep. Sandra Faraj. Os membros da Comissão decidiram por unanimidade pelo arquivamento.

6ª Reunião Ordinária, 20/09/2017. (Não obteve quórum)

7ª Reunião Ordinária, 18/10/2017.

2.3. Calendário de Audiências Públicas Realizadas em 2017

11/09/2017 – Audiência e debate: Os Desafios da Saúde Mental no Distrito Federal – Plenário da CLDF;

18/09/2017 – Audiência e debate: O Sistema Socioeducativo no Distrito Federal – Plenário da CLDF;

2.4. Áreas Prioritárias

Em razão da complexidade e amplitude de suas atribuições regimentais, a Presidência dessa Comissão propõe que se defina como prioritárias as seguintes áreas:



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

- Violência urbana: Mulher, Juventude;
Conflitos que envolvam a Polícia;
- Visibilidade da pauta de Saúde Mental;
- Educação contra a Discriminação Racial;
- Pessoas com Deficiência
- Sistema Prisional;
- Meio Ambiente: a questão da água;
- Reforma Agrária e Produção Agrícola saudável.

2.5. Documentos Expedidos em 2017

No exercício legislativo de 2017 foram produzidos e expedidos:

- 109 ofícios
- 147 memorandos

2.6. Proposições legislativas, Requerimentos e Processos Apreciados

Foram apreciados pelos membros da Comissão:

- 14 Projetos de Lei;
- 04 Indicações;

2.7. Demandas Recebidas

A CDDHCEDP recebeu, no ano de 2017, um total de 66 demandas, considerando denúncias e solicitações de cidadãos às instâncias do Governo do Distrito Federal, ao Ministério Público e ao Judiciário.

3. Diligências e Atividades Externas.

No cumprimento de suas atribuições regimentais, a CDDHCEDP, pela atuação do seu Presidente e Vice, dos demais membros efetivos, do Secretário e do seu corpo técnico, se deslocou para:



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar



- Visita ao Lixão da Cidade Estrutural para dialogar com os catadores e catadoras sobre as consequências da desativação e transferência da captação dos resíduos no novo Aterro Sanitário;
- Acompanhamento das reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos – DF;
- Palestra no acampamento dos trabalhadores sem terra (Sobradinho) sobre o Dia Internacional da Mulher;
- Atividade/Debate pelo dia Internacional da Mulher no foyer do Plenário da CLDF;
- Seminário “Não à violência contra a mulher”;
- Diligência CDP / CIR e PDF II para dialogar com diretores e servidores dessas Instituições e com os internos sobre a ocorrência de afecções de pele em um significativo número de detentos e sobre as medidas de atenção médica frente ao surto;
- Palestra “A Cultura do Estupro”, Escola CEM 209, Sta. Maria;
- Palestra sobre Direitos Humanos no CED 03, Brazlândia;
- Ato contra a criminalização dos Movimentos Sociais dos Trabalhadores, Auditório da CLDF;
- Participação no Encontro Nacional de Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados;
- Palestra no CPM de Taguatinga sobre combate ao racismo.

Tais atividades, entre outras realizadas pela CDDHCEDP no seu cotidiano, atenderam ao objetivo de fiscalizar instalações, ouvir demandas dos cidadãos destinatários da ação do Poder Público de cada setor e também, para ouvir os servidores públicos que atuam nessas áreas e encaminhar seus pleitos aos órgãos competentes.

Há uma outra dimensão que não pode faltar nesse registro: a dimensão educativa permanente do trabalho da CDDHCEDP com vistas à formação de uma consciência social em torno da pauta dos **Direitos Humanos**, o que explica a presença da Equipe da Comissão em diversas unidades escolares, tratando de temas relativos aos temas prioritários da agenda. A atuação da CDDHCEDP na sessão legislativa de 2017 pautou-se pela solidariedade, por razões de natureza humanitária, aos setores populares que foram alvo da ação repressiva do Estado, seja pela intervenção pública dos seus membros



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

efetivos e do seu corpo técnico, seja pelo apoio e participação em eventos, mobilizações que abordaram a agenda da **Defesa dos Direitos Humanos** em suas diferentes faces.

4. Conclusão

Ao fim do exercício legislativo de 2017 registramos um conjunto de iniciativas realizadas ao longo do ano, no âmbito da produção legislativa, no diálogo com os setores sociais organizados e com os cidadãos que demandam os serviços sob a responsabilidade do Estado. Recuperamos, assim, a dinâmica de trabalho e o protagonismo da CDDHCEDP no que toca às suas atribuições regimentais. Com essas ações a Comissão buscou contribuir para ampliar o espaço de debate da **Agenda de Defesa dos Direitos Humanos** na sociedade em colaboração com outras instâncias da Casa e mandatos de parlamentares que a incluem em sua ação cotidiana.

Cabe à CDDHCEDP reorganizar as prioridades para 2018 com o objetivo de consolidar os objetivos alcançados e projetar de forma ampliada a **Agenda de Defesa dos Direitos Humanos** no Distrito Federal. Nosso objetivo deve ser enriquece-la para dialogar com as aspirações de tolerância e generosidade que marcam a cultura de nossa gente.

]

Brasília, 28 de fevereiro de 2018

Hamilton Pereira da Silva
Secretário da Comissão